



APRESENTAÇÃO

A inteligência artificial surgiu no bojo dos avanços tecnológicos deste século XXI e é um recurso intrínseco na realidade contemporânea da humanidade. O Poder Judiciário, por sua vez, precisa estar em consonância com essa inovação, a fim de que possa responder de modo eficiente às demandas que lhe são apresentadas a cada ano numa taxa de crescimento de proporção geométrica.

No entanto, sendo o Poder Judiciário o poder estatal com a função de aplicar a Constituição federal e garantir os direitos fundamentais, toda inovação que se busca implementar necessita estar parametrizada por um regramento rígido fundado nas cautelas essenciais à aplicação das garantias processuais e para que não haja qualquer violação a direitos. Nesse sentido, a ESMAL - Escola da Magistratura do Estado de Alagoas vem contribuir para que o Poder Judiciário de Alagoas utilize a inteligência artificial dentro desses parâmetros e em consonância com as novas diretrizes do Conselho Nacional de Justiça.

Nesse contexto, a pesquisa jurídica mostra-se imprescindível a garantir que o uso da inteligência artificial seja realizado pelo Poder Judiciário dentro dos parâmetros constitucionais e legais, sem comprometer a qualidade das decisões e o controle judicial, e, ainda, de forma ética. Sendo o Direito composto de um sistema de valores, a pesquisa jurídica tem o condão de avaliar se a utilização de algoritmos pode gerar discriminações ou decisões preconceituosas, e como o ordenamento pode prevenir essas situações.

Ademais, a pesquisa jurídica pode auxiliar na formulação de diretrizes para a governança dos algoritmos usados pelos Tribunais, a estabelecer exigências de explicabilidade das decisões automatizadas, podendo-se utilizar, inclusive, do Direito comparado, no sentido de buscar paralelos com modelos internacionais e adaptá-los à realidade brasileira. Portanto, o trabalho científico é um recurso essencial para que a inovação tecnológica seja utilizada sem retrocesso na aplicação dos direitos e para que a automatização da justiça seja aperfeiçoada garantindo-se o domínio dos magistrados nas decisões e julgamentos.

Foi nesse sentido e imbuída dessas finalidades que a ESMAL realizou o IX ENPEJUD, a fim de que a inteligência artificial, assim como toda inovação tecnológica, seja utilizada pelo Poder Judiciário, e, em especial, pelo Tribunal de Justiça de Alagoas, de forma segura e garantindo que a Justiça seja cada vez mais um espaço de garantia e aplicação dos direitos fundamentais. Todos os textos ora publicados representam uma contribuição nesse

sentido, na medida em que os juristas se aprofundaram no estudo da ciência jurídica com o intuito de tornar o Poder Judiciário cada vez mais eficiente, sem se descuidar do compromisso inabalável com os fundamentos do Estado Democrático de Direito.

JULIANA BATISTELA GUIMARÃES DE ALENCAR

Coordenadora de Pesquisa e Produção Científica